

6ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

Direitos Sociais e Cidadania

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____/_____

ENT 2466/SG/DAOSM/GAAM/ 14

DATA 28/07/14

Parecer sobre a Proposta n.º 330/2014

João Figueiredo

(Aprovar o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, após submissão a consulta pública durante o período de 30 dias.)

I – Considerandos

Encontra-se neste momento em apreciação na 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania a Proposta n.º 330/2014 para “Aprovar o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, após submissão a consulta pública durante o período de 30 dias”, com os seguintes pontos deliberativos:

1. Aprovar o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, ora anexo e que faz parte integrante da presente Proposta, submetendo-o à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos e ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art. 33º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A Violência Doméstica, não sendo em si mesma nova, é penalmente relevante enquanto tal há relativamente pouco tempo, tendo vindo a adquirir, enquanto realidade social uma importância e visibilidade crescentes, nacional e internacionalmente.

Este tipo de Violência é entendido pelas várias Instâncias Internacionais, europeias e nacionais como uma grave violação dos direitos humanos, com impacto pessoal (físico e psicológico), social e económico muito significativo.

Em Portugal e desde 2007, com a vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro, pela Lei n.º 59/2007,

de 04 de Setembro, a violência doméstica passou a ser considerada crime público.

O V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, à semelhança dos Planos anteriores, destaca, entre outras, nas suas medidas, a necessidade de intensificação do envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica e de género.

O Município de Lisboa, no âmbito da acção da Rede Social de Lisboa, através do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa (2013-2017) - que preconiza a definição de um modelo de intervenção integrada para a área da violência -, entendeu dar particular atenção a esta problemática e promover a elaboração e implementação de um Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, tendo como objectivo definir estratégias de intervenção e desenvolver e apoiar medidas que contribuam para o conhecimento, prevenção e combate a estes fenómenos no concelho de Lisboa.

Para o efeito, o Despacho 16/GVHR/2012 de Novembro de 2012 criou um grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano Municipal, coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Lisboa, e constituído por várias entidades com intervenção e responsabilidade no Concelho de Lisboa, entre Organizações da Sociedade Civil e Organismos da Administração Local e Central.

Um dos propósitos deste grupo de trabalho foi o envolvimento do maior número possível de entidades públicas e privadas, possibilitando o conhecimento das várias dimensões do fenómeno da violência doméstica e de género na cidade de Lisboa, tendo em vista a consensualização de uma estratégia de intervenção local.

Foi recolhida toda a informação para o efeito, de forma a completar uma matriz de indicadores, nomeadamente ao nível de projectos e acções que cada uma das entidades promove, apoia ou em que participa na Cidade de Lisboa e que pudessem convergir para as cinco áreas estratégicas de intervenção.

Para a apreciação e emissão de parecer sobre a Proposta n.º 330/2014, a 6ª Comissão de Direitos Sociais e Cidadania reuniu no último dia 18 de Julho, pelas 18H30.

O I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género encontra-se dividido em cinco grandes áreas estratégicas de intervenção, a saber:

- Informar, sensibilizar e educar (responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa);
- Proteger as vítimas e promover a integração social (responsabilidade conjunta da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e do Ministério Público – DIAP – 7ª Secção);
- Prevenir a reincidência: intervenção junto dos agressores (responsabilidade do Observatório Nacional de Violência e Género);
- Qualificar profissionais (responsabilidade conjunta da Associação de Mulheres Contra a Violência e da União de Mulheres Alternativa e Resposta);
- Investigar e monitorizar (Observatório Nacional de Violência e Género).

Dentro destas cinco áreas, encontram-se trinta e duas medidas concretas que visam orientar e programar a prevenção e combate à Violência de Doméstica e de Género.

O Plano Municipal será objecto de monitorização regular, com uma periodicidade anual, que passará pela recolha de informação junto das entidades responsáveis pela execução de cada uma das medidas previstas que, por sua vez, são responsáveis por coligir os dados relevantes sobre a execução da medida em questão junto das outras entidades cooperantes na execução da medida.

II - OPINIÃO DAS VÁRIAS FORÇAS POLÍTICAS

A pertinência e actualidade deste Plano Municipal reuniram o consenso dos Deputados Municipais que integram a 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania. Foi igualmente destacada a abrangência das medidas a adoptar e a amplitude dos parceiros envolvidos, um primeiro mas determinado

passo dado pelo Município de Lisboa para a prevenção, diminuição e erradicação da violência doméstica e de género.

Também mereceu o consenso dos Deputados Municipais que integram a 6ª Comissão a relevância da Câmara Municipal de Lisboa poder disponibilizar imóveis municipais para a constituição de uma bolsa de casas de autonomização para vítimas de violência doméstica após a saída das casas-abrigo.

A definição de violência no domicílio, como fenómeno que ocorre dentro de casa ou no âmbito da família, sendo mais abrangente que a definição de violência doméstica que se encontra vertida no artigo 152.º do Código Penal, impacta, não obstante a limitação desta definição, de forma clara, nos sujeitos abrangidos no dito artigo do Código Penal, uma vez que a exposição a qualquer tipo de violência é ela própria, uma violência psicológica contra as pessoas. Assim, qualquer tipo de violência ocorrida no âmbito do Domus, nomeadamente a violência contra os animais domésticos - hoje criminalizada com penas até dois anos de prisão efectiva - deverá, como crime público que é, ser denunciada ao Ministério Público e sinalizada no âmbito do plano, uma vez que estudos internacionais demonstram que pode ser utilizada cautelarmente como preditor das restantes formas de violência doméstica. Assim, esta comissão recomenda que sejam desenvolvidas nesta área específica e integrando o plano, em paralelo com as restantes medidas, acções de sensibilização e de formação com pessoas adaptadas a esta tarefa. Recomenda finalmente que seja realizado, decorrente da informação recolhida durante a execução do plano, um estudo específico sobre o impacto da violência sobre os animais domésticos na vida familiar e em populações específicas, nomeadamente nas crianças.

Opinião da relatora

A violência doméstica é um problema multifactorial e relativamente ao qual, se muito já se fez, muito falta ainda fazer para resolver este grave flagelo social.

No quadro do Município de Lisboa, e na sequência do Plano de Desenvolvimento Social de Lisboa (2013-2017) ter definido um modelo de intervenção integrada para a área da violência, a aprovação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017) constitui o corolário lógico da construção do edifício de luta a esta problemática.

Nessa medida, muito se espera da implementação deste Plano, ao mesmo tempo que, como primeiro plano que é, natural será que no decurso da sua vigência e aplicação haja uma margem de aperfeiçoamentos e melhorias detectadas que venham a ser consideradas num segundo plano, assim todas as entidades intervenientes partilhem experiências e conhecimento.

III - CONCLUSÕES

A 6.^a Comissão de Direitos Sociais e Cidadania saúda a apresentação do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, que reputa de fundamental para minorar este grave problema.

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

A proposta ora em apreço está em condições de ser discutida e votada em plenário, reservando as forças políticas representadas na Comissão para esse momento a expressão das respectivas opiniões.

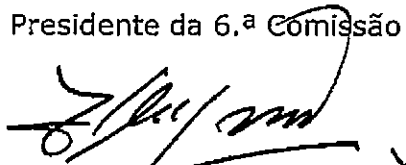
V – ANEXOS

O Partido Comunista Português enviou uma declaração, que se anexa, e passa a fazer parte integrante do presente relatório.

O parecer foi aprovado por unanimidade.

Assembleia Municipal de Lisboa, 25 de Julho de 2014.

O Presidente da 6.^a Comissão



João Magalhães Pereira

A Deputada Relatora



Sofia Oliveira Dias

DECLARAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
(anexa ao Parecer sobre a Proposta n.º 330/2014 da 6ª Comissão Permanente da Assembleia
Municipal de Lisboa
Direitos Sociais e Cidadania)

I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, após submissão a consulta pública durante o período de 30 dias

«Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis, integrais e são uma parte indivisível dos direitos humanos universais.»

«A violência baseada no sexo e todas as formas de perseguição e exploração sexual, incluindo aquelas resultantes de preconceitos culturais e tráfico internacional são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminados.» (Declaração e Plataforma de Acção de Viena, 1993, p. 33)

O tema da violência está, pois, indissociavelmente ligado aos direitos humanos.

A - Da multiplicidade das violências

O PCP desde sempre tem afirmado que «as razões profundas que conduziram a que no limiar do século XXI, surja com insistência a preocupação mundial com a violência que se abate sobre o sexo feminino, encontram-se numa estrutura de organização familiar precedendo a formação do Estado baseada numa estrutura hierárquica em que ao chefe – o homem – todos os abusos eram permitidos. Uma organização familiar ditada por interesses puramente económicos que instituiu a desigualdade na família e que transpôs para o próprio Estado, então nascido, o modelo dessa organização, baseada no direito ao abuso do poder e no dever de obediência, por parte dos oprimidos, entre os quais se situam também, como é óbvio, muitos homens. Essas causas profundas da desigualdade, levam-nos a concluir que o tema hoje em debate não se reduz a uma questão privada de relações entre os sexos. É, pelo contrário, uma importante questão política, como questão política é o problema geral de promoção da igualdade, sem a qual a democracia ficará inacabada. A vitimização das mulheres não pode desligar-se do quadro mais geral do estatuto social da mulher»¹.

A violência sobre as mulheres é uma incontestável violação dos direitos humanos. Esta violência exprime-se na esfera pública e privada, liga-se à relação homem/mulher na família, estende-se à esfera económica e produtiva e à violação dos direitos fundamentais do ser humano. Contudo, esta violência exercida sobre a mulher não pode ser reconduzida quase exclusivamente ao plano da violência doméstica. De facto, são várias e preocupantes as dimensões dessa violência: violência doméstica, exploração na prostituição, tráfico de mulheres e crianças para fins sexuais, discriminações salariais em função do sexo, assédio moral e sexual no local de trabalho, violação dos direitos de maternidade das mulheres trabalhadoras, a utilização de imagens atentatórias da

dignidade das mulheres ao nível da publicidade, mutilação genital feminina, entre muitas outras.

B – Da insuficiente abordagem da temática da violência em função do sexo

Contrariamente ao afirmado no Relatório da 6ª Comissão, a violência doméstica não é penalmente relevante há «relativamente» pouco tempo, embora tenha sido – e continue a ser – duro o caminho para a luta contra este tipo de violência. Apenas partir de 1991, após a publicação da Lei n.º 61/91 – resultante de um projecto-lei do PCP, os Governos começaram a adoptar medidas em relação à protecção das mulheres, somente no que diz respeito à violência doméstica. Aliás, sucessivos governos têm dedicado vários instrumentos programáticos a esta temática ao mesmo tempo que implementam medidas de agravamento das suas causas e de enfraquecimento da participação das organizações de mulheres (ou de defesa dos seus direitos) como foi bem vincado o exemplo do trabalho da Secretária de Estado para a Igualdade do Governo PS/Sócrates que limitou de forma injusta e inaceitável o papel das organizações de mulheres no Conselho Consultivo das ONG da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, bem como marcou o início da redução dramática das transferências orçamentais para estas associações, agravadas pelo Governo PSD/CDS que pretendeu mesmo acabar com o financiamento de projectos ao abrigo do POPH.

Temos, pois, assistido a um retrocesso significativo nos direitos das mulheres pelo que todas as iniciativas que contribuam para a consciencialização do papel da mulher na sociedade no caminho da sua emancipação devem ser valorizadas.

B. 1 – Das lacunas do I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017

Contudo, no presente Programa - que se intitula contra a violência doméstica e de género – nenhuma medida está prevista para o combate à exploração na prostituição, uma gritante expressão de violência exercida sobre o corpo e a dignidade da mulher foi ignorada durante décadas por parte dos poderes políticos. Apenas em 2008 decidiram desenvolver acções concretas, no plano institucional, que estão muito aquém da resposta que se impunha quanto à prevenção, abolição e repressão do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças e de responsabilização do Estado pela promoção de medidas de apoio às mulheres vítimas de prostituição e tráfico para efeitos de exploração sexual.

Nenhuma medida se propõe a prevenir e combater a violência, nas suas múltiplas expressões, as suas causas mais profundas e ao mesmo tempo adoptar medidas específicas em cada uma das suas vertentes, designadamente considerando políticas transversais de acesso público e universal à saúde, ao planeamento familiar, ao emprego, à educação, o aumento dos salários, o direito ao trabalho com direitos, o reforço da protecção social, elementos necessários ao verdadeiro combate às causas da violência sobre as mulheres.

A Câmara Municipal, no quadro das suas competências, deveria, pois, adoptar políticas específicas

de sensibilização e educação nestas matérias junto das escolas, das polícias, da sociedade e suas organizações, a criação de linhas de apoio, casas de acolhimento públicas, locais onde, quer nos países de destino quer nos países de origem, as pessoas se possam dirigir encontrando apoio psicológico, jurídico, entre outros, e aí obtenham as informações necessárias à tomada de consciência da sua situação e formas da sua superação, em colaboração com as redes já existentes (que são manifestamente insuficientes).

A violência sobre as mulheres surge também, de forma muito particular, no seu local de trabalho: a imposição de extenuantes ritmos de trabalho, as trabalhadoras cujos salários as mantêm num ciclo de pobreza, as discriminações salariais, a violação sistemática de direitos laborais, designadamente em função da maternidade.

São inúmeros os relatos de situações de grave violação dos direitos de maternidade, de discriminação salarial, de assédio moral e sexual, sendo que hoje, apesar de o número de mulheres licenciadas ser superior ao dos homens, elas ainda recebem cerca de 30% a menos para trabalho igual ou de igual valor, tendência que tem vindo a aumentar por força da precarização das relações de trabalho.

Entre as medidas constantes do relatório o PCP entende que seria fundamental o alargamento do conceito de violência sobre as mulheres, abrangendo as várias dimensões desta problemática, no sentido de garantir um quadro de apoio municipal às mulheres vítimas dos mais diferentes tipos de violência.

C – Do Dia Internacional da Mulher

Por fim, e contrariamente ao afirmado no texto que aprova o I Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Lisboa 2014-2017, o Dia Internacional da Mulher foi proclamado por proposta da revolucionária alemã Clara Zetkin, em 26 de Agosto de 1910¹ e não resultado da posterior proclamação pela ONU. O texto desta proclamação foi publicado três dias depois no jornal *Die Gleichheit*² (A Igualdade).

Comemorado a 19 de Março de 1911, o primeiro Dia Internacional da Mulher mobilizou mais de um milhão de mulheres em cidades da Alemanha, Suíça, Áustria e Dinamarca. Alexandra Kollontai descreveu o acontecimento que ultrapassou todas as expectativas «... a Alemanha e a Áustria foram nesse dia um transbordante e agitado mar de mulheres... Esta foi certamente a primeira demonstração de militância das mulheres trabalhadoras... O primeiro Dia Internacional das Mulheres... sob a palavra de ordem “O direito de voto para as trabalhadoras» e “unir forças na luta pelo socialismo”».³

O debate impulsionado pelo movimento operário e revolucionário, nomeadamente por Clara

1 Durante a 2.ª Conferência de Mulheres da II Internacional, realizada em Copenhaga (Dinamarca). Estiveram presentes 100 delegadas de 17 países.

2 *Die Gleichheit* (A Igualdade), de 29 de Agosto de 1910.

3 Alexandra Kollontai. *Mezhdunarodnyi den' rabotnits, Moscow, 1920.*



Zetkin, acerca das reivindicações políticas, cívicas e laborais das mulheres proletárias contribuiu para lançar as bases orgânicas da luta das trabalhadoras em torno de reivindicações específicas, de objectivos de classe e da sua integração na luta pelo socialismo. A decisão de criar um Dia Internacional da Mulher dirigido às trabalhadoras correspondeu à necessidade de dar um forte impulso à luta organizada das operárias, numa época em que a entrada massiva das mulheres no trabalho fabril e o desenvolvimento do movimento comunista conduziram à intensificação da luta das mulheres por melhores condições de trabalho, melhores salários e por direitos sociais e políticos.

A palavra de ordem da primeira comemoração tinha sido reiterada na conferência que proclamou o Dia Internacional da Mulher: «...o sufrágio universal, atribuído a todas as maiores de idade e que não dependa da propriedade, nem do imposto, nem do grau de cultura, nem de outras condições que excluam os membros da classe operária do gozo deste direito»⁴.

Ao contrário das exigências das mulheres burguesas que o encararam «como objectivo final», esta reivindicação central foi fundamentada nas apreciações de Clara Zetkin sobre a necessidade de mobilização das operárias:

«...consideramos a sua conquista como uma etapa extremamente desejável da luta pelo nosso objectivo final. O direito ao voto... arma as mulheres proletárias na luta que levam a cabo contra a exploração e a dominação de classe para conseguirem ser reconhecidas como seres humanos de corpo inteiro. Dá-lhes o meio de participarem, de forma mais ampla, na conquista do poder político pelo proletariado, a fim de vencerem o capitalismo e instaurarem o sistema socialista, a única solução para o problema das mulheres...»⁵.

O direito de voto para todas as mulheres integrou, nas últimas décadas do século XIX, os programas dos partidos operários⁶ como exigência do sufrágio universal para os dois sexos. Mas apesar dos factos historicamente confirmados, surgem abundantes vulgarizações segundo as quais o movimento operário e revolucionário teria «trocado» o direito de voto das mulheres pela primazia do voto para os operários (homens), ou que, por outro lado, esta reclamação teria sido apenas uma exigência das feministas ditas de «1.ª vaga».

Convém esclarecer que de facto existiu uma tentativa de «troca», encetada não pelos partidos revolucionários mas por alguns partidos reformistas, quando do Congresso de Estugarda da II Internacional (1907), posição que foi combatida por Clara Zetkin e Lénine:

4 Résolutions de la Conférence Internationale des Femmes Socialistes, tenue à Copenhague le 25 et 26 août 1919, et communiquées au Congrès Socialiste International, in <http://library.fes.de> [Acesso a 5.02.10]

5 Discurso proferido no Congresso de Estugarda da II Internacional (1907), in Clara Zetkin e a luta das mulheres..., obra citada, pp.165-169.

6 O Partido Operário Francês (POF) em 1879, o Partido Social-Democrata da Áustria (SPÖ), desde a sua fundação em 1888, Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) em 1890, o Partido Bolchevique, desde a sua fundação, em 1903. A exigência do sufrágio universal para os dois sexos integrou as decisões do Congresso de Paris da II Internacional, em 1900



«...O Congresso rejeitou incondicionalmente esta proposta e declarou-se favorável a que as trabalhadoras fizessem campanha, não em união com as burguesas dos direitos das mulheres, mas em união com os partidos de classe do proletariado. O Congresso reconheceu que, aquando da campanha pelo sufrágio feminino, será necessário manter plenamente os princípios do socialismo e igualdade de direitos para mulheres e homens sem distorcer estes princípios por causa de oportunismos...»⁷.

As divergências existentes entre o movimento de mulheres proletárias e as burguesas reflectem o antagonismo de classe. O voto das «senhoras» significava apenas o fim dos privilégios dos homens da mesma classe e não alterava qualquer relação de poder entre as classes, facto comprovado pelas posições de várias feministas de renome que, em muitos países, sendo favoráveis ao voto das mulheres limitavam esse direito a certas categorias sociais ou apenas às proprietárias, excluindo as mulheres operárias.

A propósito da «real origem histórica» do 8 de Março têm sido (re)escritos muitos textos oriundos de um certo tipo de investigação, cujo objectivo se tem centrado não apenas na tentativa de apagar a origem revolucionária e comunista do Dia Internacional da Mulher, mas especialmente na construção da falsa ideia de que o 8 de Março terá «renascido» com novo alento e significado em 1970, como se durante seis décadas não tivesse existido qualquer celebração, como se durante décadas as mulheres tivessem renunciado à luta. Em Portugal, estas ideias largamente difundidas têm como principal objectivo encobrir o papel das mulheres comunistas e do PCP «a força mais esclarecida, mais consequente na luta pela emancipação das mulheres e cuja luta ao longo da sua existência se confunde com a luta das mulheres trabalhadoras».⁸

Se é certo que a institucionalização do 8 de Março pela ONU (1975) acabou por dissipar a matriz original, operária e revolucionária, o seu simbolismo terá de ser resgatado dos cerimoniais fúteis e da retórica vazia em que se tornaram actualmente as comemorações oficiais, marcadas pela exclusiva visibilidade da agenda política de governos e organizações intergovernamentais, pela ocultação deliberada das celebrações de raiz mais autêntica, ou popular, e das exigências das organizações de mulheres mais consequentes. Este é um desafio que se coloca no presente e para o futuro às organizações de mulheres trabalhadoras e progressistas e às forças revolucionárias que as apoiam e uma obrigação que caberia à Câmara Municipal de Lisboa, na publicação deste I Plano que, apesar das suas insuficiências não pode deixar de ser saudado, cumprir – a de resgatar o carácter originário e actual das reivindicações pela igualdade e das lutas das mulheres.

A Deputada Municipal,

Lúcia Gomes

⁷ Lénine. The International Socialist Congress In Stuttgart, Lenin Collected Works. Moscow, Progress Publishers, 1972.

⁸ Encontro do PCP sobre os Direitos das Mulheres, Edições «Avante!», Lisboa, 2008, p. 75.